MODELO DE PETIÇÃO

INVENTÁRIO. INVENTARIANTE. NOMEAÇÃO. DOIS IRMÃOS. CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA

Rénan Kfuri Lopes

Exma. Sra. Juíza de Direito da Comarca de ...

PJe n. ...

- absurdez manifesta da coerdeira ... no Id ... ao pretender que não se proceda ao inventário de forma cumulativa dos seus pais, contrariando às escancaras a dispositivo legal e farta jurisprudência do TJMG

- propósito escuso de se manter no cargo de “*inventariante*” em 02 [dois] processos de inventários autônomos para prosseguir usufruindo do patrimônio inventariado e, principalmente, desatendendo às determinações deste d. juízo como se fosse um nada nos autos

- no direito hodierno não há mais espaço para a parte proceder propositadamente com o fito de afastar o resultado útil do processo

- nomeação de inventariante

- ratificação para o imediato cumprimento das decisões prolatadas por esse d. juízo no presente inventário

(nome), coerdeira, por seu advogado *in fine* assinado [Id ...], nos autos epigrafados, vem, respeitosamente, aduzir o que se segue:

I- DEFERIMENTO DO INVENTÁRIO CUMULATIVO

- propósito escuso da coerdeira “...” se manter no cargo de “*inventariante*” em 02 [dois] processos de inventários autônomos para prosseguir usufruindo do patrimônio inventariado e, principalmente, desatendendo às determinações deste d. juízo como se fosse um nada nos autos

- no direito hodierno não há mais espaço para a parte proceder propositadamente com o fito de afastar o resultado útil do processo

1. A ora peticionária ... é filha do inventariado originário ... e da recém falecida ..., que ocupava o cargo de inventariante nestes autos.

2. De pronto, veio aos autos no Id ... e requereu o processamento do inventário cumulativo dos seus pais, pois comuns os bens e os herdeiros [... e ...], com espeque no art. 672 do CPC; atrelado a precedentes do colendo Tribunal de Justiça de Minas Gerais [Id ...].

3. Destarte, de prima, há de ser deferido o processamento do inventário cumulado neste mesmo caderno processual do casal falecido, casado sob o regime de comunhão universal de bens, ... e ...

4. Ademais, quanto ao processamento cumulativo não há divergência entre as herdeiras ...e ...

II- A NOMEAÇÃO DA INVENTARIANTE “...”

5. O cargo de inventariante é um*munus*, um serviço público prestado, devendo submeter-se à fiscalização do juiz, posto que o inventariante desempenha função de auxiliar do mesmo, de modo que mantenham uma relação de confiança.

6. Ao inventariante atribui-se, resumidamente, a função de listar e descrever os bens do espólio, declarar os nomes de todos os herdeiros e legatários, usar dos meios judiciais para proteger os bens do espólio, em caso de turbação ou esbulho, trazer ao acervo hereditário os frutos percebidos desde a abertura da sucessão, sejam eles naturais, civis ou industriais, pagar as dívidas do espólio, arrendar e alienar bens da herança, desde que em acordo com os demais herdeiros e mediante autorização judicial.

7. A herdeira ... veio aos autos e requereu lhe fosse nomeada inventariante do processo cumulado da sucessão de seus pais a ser processado nos presentes autos, sob a alegação única de que teria sido anteriormente nomeada por este d. juízo [Id ...].

8. Data vênia DOUTA MAGISTRADA, a realidade processual granjeada pelos documentos carreados aos autos não autoriza de maneira alguma que a coerdeira ... seja nomeada inventariante, pois, sem sombra de dúvida:

-não administra os bens inventariados;

-deles usufrui através de *manu militari*, coercitivamente, empregando força, principalmente o imóvel rural e o veículo;

-descumpre sem qualquer rubor às ordens deste d. juízo.

9. Vale sumariar. A verdade é que a coerdeira ... obteve a posse do imóvel rural de forma violenta, com a participação de seu filho ... que invadiu a propriedade, ameaçando de morte a mãe e avó ...

10. Roga-se à douta Magistrada a releitura dessas tristes passagens descritas amiúde nos presentes autos, pontuadas nos seguintes Ids- Identificadores de Documento Alfanumérico do PJe:

- Id ... - posse do imóvel rural à força;

-Id ...- Inicial da Ação de Reintegração de Posse

- Id ... - Boletim de Ocorrência Policial

- Id ...- Impugnação Reintegração de Posse

- Ids ..., ..., ... e ... utilização do veículo para uso pessoal em viagens para locais distantes, multas por infrações à lei de trânsito, não pagamento de IPVAs e das MULTAS.

11. Ademais a coerdeira ... reside na distante cidade de “...”, tendo por lá suas atividades pessoais, sem disponibilidade e conhecimento para resolver as questões porventura surgidas na administração dos imóveis e do patrimônio.

12. As decisões interlocutórias jamais foram atendidas por ...

13. A r. decisão proferida no Id ... de “...”, determinou que ... devolvesse todos os bens do espólio à inventariante para dar seguimento e avançar ao seu término esse feito.

14. Essa desídia demostra que ...não possui nenhum interesse na melhor resolução do presente feito.

15. Transcreve-se o r. decisão interlocutória e irrecorrida da lavra de V. Exa. do Id ..., cuja leitura por si só é esclarecedora:

“*1. ... Considerando o lapso temporal de mais de um ano em que a herdeira ... foi inventariante, intime-a pessoalmente, para que, nos termos do art. 625 do Código de Processo Civil, esta entregue imediatamente à substituta os bens do espólio, sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de bem móvel ou imóvel, sem prejuízo da multa a ser fixada pelo juiz.*

*2. Das dívidas*

*Quanto às dívidas, àquelas que não estejam, comprovadamente, em nome do Espólio, devem ser pleiteadas em vias ordinárias.*

*...3. Da alienação do veículo*

*...No tocante à venda do veículo ..., ..., Placa ..., ano ..., Renavam ..., considerando se tratar de bem de fácil deterioração e que todos os herdeiros concordam com sua alienação (... e a filha ... e Leila...), DEFIRO a expedição de alvará para alienação do veículo, condicionada à prévia avaliação do bem, cabendo à inventariante informar a localização do bem, para fins de expedição de mandado de avaliação...*

*Não obstante o veículo estar, atualmente, na posse da herdeira ..., conforme determinado no item 1 desta decisão, esta deverá efetuar a entrega de todos os bens do espólio à inventariante.*

*4. Das receitas advindas dos alugueis dos bens do espólio*

*Conforme exposto pela herdeira ..., ao ID ..., foi recebido o valor de R$ ... (...) referente aos alugueis das pastagens e outras transações agropecuárias. Tratando-se de frutos provenientes dos bens do espólio, devem estes ser trazidos ao acervo, conforme disposto no art. 2.020 do Código Civil...”*

*Desse modo, intime-se a herdeira ..., na pessoa de seu procurador, para proceder ao depósito em conta judicial dos referidos valores, no prazo de 15 (quinze) dias.*

*...*

*Intime-se. Cumpra-se.*

*..., ... de ... de ...*

*...*

*Juíza de Direito*”

16. ... atendeu a V. Exa.? A resposta é negativa:

17. Não devolveu o veículo ..., ...l, Placa ..., ano ..., Renavam ..., para que fosse alienado conforme deferido pelo d. juízo;

18. Não depositou o valor referente aos alugueis das pastagens e outras transações agropecuárias totalizando R$ ... [...] que deveram fazer parte do acervo tendo em vista compreenderem frutos provenientes dos bens do espólio.

19. Dificulta como pode a tramitação, almeja reembolso de valores sem a menor comprovação do interesse do espólio.

20. Tudo fez para o inventário não prosseguir em respeito à lei instrumental e aos interesses dos herdeiros. Trocando em miúdos, praticou atos por ação e omissão visando seu próprio interesse, que malferiram por inteiro às prescrições próprias do exercício da inventariança estabilizadas nos art. 618, II, VII c.c. art. 619, III, IV c.c. art. 622, II e III, todos do CPC[[1]](#footnote-1).

21. É importante bisar que o inventariante exerce papel de grande importância e responsabilidade para o resultado útil do inventário, razão pela qual, com a nomeação, presta o compromisso de bem e fielmente desempenhar a função, conforme determina o parágrafo único do art. 617 do CPC.

22. Diante do *munus* que exerce, o inventariante deve agir de modo a cooperar com o Juízo, praticando atos que visam impulsionar o processo, observando e cumprindo todas as atribuições obrigações conferidas pela lei.

23. Noutra vértice a coerdeira ... preenche *ad sations* aos requisitos legais!

24. A situação da coerdeira ... é completamente diferente!

25. Cabe refutar a fragilidade do argumento isolado aduzido por ... para justificar sua nomeação com base numa decisão pretérita proferida initio lide em sede de despacho inaugural do inventário de ...

26. Ora, não há precedente legal nesse sentido. E muito ao contrário, em nada justifica sua renomeação, principalmente pelas práticas dos atos acima encetados contra a sua finada mãe ..., noticiados e provados no caderno processual, contrários aos princípios do múnus.

27. Vale acrescer a absurdez verificada nos autos, quando ...cobra do Espólio de ... vultoso valor por despesas realizadas para ela própria, como se depreende do Id ...

28. Ora, como pode assumir o cargo de apoio do juízo uma herdeira que busca reembolso de despesas próprias que não do espólio num inventário. Isso é inconcebível e inimaginável, quando esse herdeiro se propõe a ser nomeado inventariante, suma máxima vênia.

29. E o d. juízo verificando esse despautério arranjo de ..., indeferiu o seu pedido, pois não verificado qualquer valor de responsabilidade do espólio, como decidido no Id ... que acolheu a discordância do pagamento formulada no Id ...

30. A coerdeira ... (i) reside na cidade de ..., onde se encontram situados todo o patrimônio inventariado, móveis e imóveis; (ii) sempre tomou conta não só do patrimônio inventariado, como também participou ativamente na elaboração das Declarações de Imposto de Renda [vide Id ...] e na regulamentação de documentos e questões relacionadas ao patrimônio herdado dos pais [vide Id ...].

31. *In casu*, é fato incontroverso que ... reside em “...”, *et pour causae*, ... residindo em ... reúne melhores condições de exercer a inventariança, onde estão localizados os bens móveis, imóveis e direitos que compõem o acervo patrimonial.

32. Da análise dos documentos carreados aos autos é possível verificar que, desde a morte dos pais até o presente momento, ... foi a responsável por exercer todos os atos de administração dos referidos bens[[2]](#footnote-2).

33. Lógico que não se arvorou assumir a inventariança do inventário do seu pai ..., pois sua mãe ainda estava viva e detinha a preferência legal estabelecida no art. 617, I do CPC.

34. Nesta moldura fática em que existem 02 [duas] herdeiras irmãs pretendendo ocupar o cargo de inventariante, encaixa-se como luvas o escólio do inexcedível WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO: “*A posse corporal dos bens e a idoneidade moral do herdeiro são os títulos mais importantes, de modo que, em não havendo cônjuge ou companheiro sobrevivente, a nomeação recairá dentre os filhos do de cujus, no mais idoso, no mais idôneo, no que convivia com o inventariado na mesma casa, no que melhor conhecia dos negócios do extinto, ou no indicado pela maioria dos interessados*”[[3]](#footnote-3).

35. Aqui, sem quebra de respeito, mas a guisa de ponderação para o d. juízo, defronte a doutrina sempre atual de Washington de Barros Monteiro, indubitavelmente a coerdeira ...: tem a posse dos bens imóveis e móveis [exceto o imóvel rural]; sua reputação moral é idônea sob todos os aspectos; é a herdeira mais idosa e residia na casa dos pais quando vieram a óbito e conhecia de todos os negócios dos falecidos pai e mãe.

36. Em arremate, a finalização desse inventário não traz qualquer dificuldade, bastando agir com boa-fé [aqui o entrave de ..., d.v.], apresentando o formal de partilha em partes iguais o patrimônio será dividido entre as herdeiras; e procedendo ao pagamento do ITCD com os recursos já captados pelo aluguel do imóvel rural, mais aquele advindo com a venda do veículo.

37. Basta se cumprir a lei, *data venia*.

III- PEDIDOS

38. ***Ex positis***, a coerdeira ... requer:

a) SEJA DEFERIDA a cumulação de inventários de ... e ..., nomeando a filha dos inventariados, ora peticionária, ... para ocupar o múnus de inventariante[[4]](#footnote-4), ordenando a elaboração e assinatura do termo de inventariante, fazendo as anotações no cartório distribuidor;

b) SEJA RATIFICADO o interlocutório do Id ... para que a coerdeira ...:

- proceda à imediata entrega para a inventariante de todos os bens móveis e imóveis que estão na sua posse, no prazo de 05 [cinco] dias, intimando-se seu advogado para conhecimento desta decisão e repasse à sua cliente.

- considerando que incumbe aos partícipes do processo a boa-fé, a colaboração mútua para a efetividade da prestação jurisdicional em prazo razoável [CPC, arts.4º, 5º e 6º], basta a comunicação ao seu ilustre advogado, que seguramente repassará para sua constituinte Leila a ordem do juízo, sendo, num primeiro momento, despicienda a intimação pessoal de ... através de carta precatória para ser cumprida na comarca de ..., para o cumprimento sob pena de multa das determinações emanadas deste d. juízo, d.v..

- proceda ao depósito judicial do valor do aluguel do imóvel rural na importância de R$ ... [...];

- proceda à entrega do veículo ..., placa ... ano ..., na residência da peticionária, sito à Rua ... n. ..., Bairro ..., ...[...], CEP ... para fins de avaliação por Oficial de Justiça [guia da diligência já recolhida no Id ...], expedindo-se a seguir o alvará judicial de venda.

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. CPC, art. 618. Incumbe ao inventariante:...II - administrar o espólio, velando-lhe os bens com a mesma diligência que teria se seus fossem;...VII - prestar contas de sua gestão ao deixar o cargo ou sempre que o juiz lhe determinar;...

   CPC, art. 619. Incumbe ainda ao inventariante, ouvidos os interessados e com autorização do juiz:...III - pagar dívidas do espólio; IV - fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio.

   CPC, art. 622. O inventariante será removido de ofício ou a requerimento:...II - se não der ao inventário andamento regular, se suscitar dúvidas infundadas ou se praticar atos meramente protelatórios; III - se, por culpa sua, bens do espólio se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano;... [↑](#footnote-ref-1)
2. Nesse sentido, mutatis mutandis: TJMG, Agravo de Instrumento 0893897-80.2021.8.13.0000, 19ª Câmara Cível, Rel. Des. Bitencourt Marcondes --- Vogais: Des.Leite Praça e Versiani Penna, DJe 11.08.21. [↑](#footnote-ref-2)
3. <https://amandapmv.jusbrasil.com.br/artigos/354907909/nomeacao-do-inventariante-e-seu-papel-no-processo-de-inventario> [↑](#footnote-ref-3)
4. Art. 617. O juiz nomeará inventariante na seguinte ordem: Parágrafo único. O inventariante, intimado da nomeação, prestará, dentro de 5 (cinco) dias, o compromisso de bem e fielmente desempenhar a função. [↑](#footnote-ref-4)